

1990

A Política

OPOSIÇÃO NECESSÁRIA

Uma democracia para se consolidar tanto precisa de um governo quanto de uma oposição. Não há nem democracia nem bom governo sem oposição. É um equívoco imaginar que depois de uma eleição todos se devam unir em torno do governo para que se possa ter um "bom governo". Se isto ocorrer o mais provável é que a democracia seja abalada e que não tenhamos um governo minimamente razoável.

Terminado o pleito presidencial surgiram vozes advogando um governo de união nacional. Ou, pelo menos, propondo que o PSDB não fosse para a oposição, já que o PT e o PDT irão de qualquer forma. O motivo para a união nacional seria a gravidade da crise econômica. Muito oportunamente, entretanto, o PSDB, na semana imediata às eleições, reuniu sua Executiva Nacional e aprovou uma nota deixando claro que ficaria na oposição. O partido foi derrotado nas eleições, não irá agora aderir por oportunismo revestido de interesse nacional. O PSDB decidiu que não fará oposição sistemática. Está pronto a apoiar as medidas fiscais que serão necessárias para enfrentar a hiperinflação. Mas não participará do governo e adotará uma atitude crítica, de oposição, em relação ao novo governo.

Ao adotar essa posição o PSDB está dizendo um "não" ao oportunismo político. E está lembrando que a oposição sistemática é tão irresponsável quanto a tese da união nacional.

A direita que apoiou Collor está entretanto preocupada. Preocupada com razão. A crise econômica é muito grave. E a crise política também, dada a enorme desconfiança dos próprios eleitores quanto às possibilidades de o novo presidente enfrentar com êxito essa crise. Por isso a direita insiste na participação do PSDB no governo. Pensa que dessa forma estará assegurando melhores condições de governabilidade para o país. Não percebe que a adesão do PSDB teria o efeito exatamente inverso. Desmoralizaria um dos poucos partidos políticos que saíram fortalecidos das eleições. E assim reduziria ao invés de aumentar as possibilidades de governabilidade do país.

Collor foi um candidato da direita, que teve o apoio da direita e dos setores pobres e despolitizados da população. Cabe, portanto, a ele e à elite conservadora que o apoiou a responsabilidade de governar.

A responsabilidade do PSDB é a de assumir uma posição crítica em relação ao governo. É auxiliar a governar através da crítica e não da participação. Sua oposição não será sistemática. Estará pronto a apoiar as

medidas urgentes para por ordem na economia do país. Mas não participará do governo pelo mesmo motivo pelo qual não apoiou o candidato vitorioso no segundo turno: porque um partido social-democrata, de centro-esquerda, não pode se aliar a um governo de direita, trair seus eleitores e perder sua identidade.

É verdade que Collor não se elegeu a partir de um claro programa de direita. É verdade também que sua vitória não se deveu ao fracasso de um governo de esquerda, já que o atual governo - que de fato fracassou -, desde 1987 é claramente um governo de direita. Mas estes fatos não tornam seu governo menos conservador e menos comprometido com o setores mais conservadores e fisiológicos do país. Um governo do qual o PSDB não pode fazer parte.

Estes fatos significam apenas que a eleição de Collor não representou um processo de alternância de poder, como é saudável nas democracias, mas uma continuidade de poder a partir de uma mensagem enganadora, que afinal foi bem sucedida em transmitir a idéia de renovação. Por essa razão a crise brasileira não é apenas econômica, é também política.

Segundo Gilberto Dimenstein (*Folha S.Paulo*, 1/1/90), Collor pretende deixar "a esquerda perplexa e a direita indignada". Tomara isto seja verdade. Se ele mantiver a audácia da luta eleitoral no governo poderá surpreender muita gente. E poderá demonstrar que os problemas fundamentais do Brasil não se resolvem a partir de ortodoxias ideológicas de direita ou de esquerda. O PSDB, entretanto, não pode se basear em vagas indicações desse tipo. Apoiar o novo governo nesse momento significaria apenas descaracterizar e a desmoralizar o PSDB. Seria um suicídio político que apenas agravaria a crise brasileira. (*IstoÉ-Senhor*, 17 de janeiro de 1990).

A HORA DOS NACIONALISMOS

(de Paris)

A revolução democrática na Europa Oriental, desencadeada por Gorbachev, deixará 1989 marcado na história mundial. Ela representou o colapso do estatismo comunista e marcou definitivamente o fim da guerra fria. Agora, enquanto a União Soviética e os países do Leste europeu procuram consolidar a democracia e reorganizar suas economias com uma orientação para o mercado, os países capitalistas centrais entreolham-se, e parecem dispostos a reviver velhos nacionalismos. O conflito Estados Unidos x União Soviética, na medida em que traduzia um conflito aparentemente maior entre o capitalismo e o estatismo, encobriu ou manteve reprimidos os antigos conflitos nacionalistas. Desde 1985, porém, quando Gorbachev assumiu o poder na União Soviética e iniciou a *glasnost* e a *perestroika*, o conflito Estados Unidos x Japão passou a se agravar. Por outro lado, o anúncio da unificação da Europa em 1992, lembrou aos Estados Unidos e ao Japão que agora tinham um novo grande concorrente, unido através do Parlamento Europeu e principalmente através da grande burocracia internacional da Comunidade Econômica Européia em Bruxelas.

Já em 1988 e 1989 havia se tornado moda entre os analistas internacionais dividir o mundo capitalista entre três grandes blocos: CEE, Estados Unidos com o Canadá, e Japão com o Leste e o Sudeste da Ásia. No Brasil usava-se esta análise para salientar a marginalização da América Latina (cuja origem, aliás, nada tem a ver com a formação desses blocos, mas com a estagnação econômica derivada da dívida externa e da decorrente crise fiscal). O nacionalismo seria assim assim definido em termos de blocos nacionais em não em termos de países.

Na verdade esses blocos são muito menos significativos do que parecem. O que continuam valendo são os interesses nacionais. O bloco mais coeso, a CEE, hesita em definir uma moeda comum e não tem nem uma política fiscal nem uma política comercial comuns. Agora, com a queda de Muro de Berlim e a perspectiva da unidade política alemã, a unidade européia enfrenta uma segunda crise. A primeira, ainda não resolvida, deriva das resistências de Margareth Thatcher. Kohl fala agora na necessidade da "união estatal" entre as duas Alemanhas, despertando preocupações em toda a Europa e principalmente na França.

Por outro lado os nacionalismos reaparecem com toda a sua força. Políticos democrata-cristãos conservadores falam na Alemanha em rever as fronteiras de 1945 com a Polônia. Os Estados Unidos vão aos poucos definindo como seu principal adversário não mais a União Soviética mas o Japão. Este, por sua vez, continua sua ofensiva, provocando reações nos Estados Unidos e na Europa.

No campo das manifestações nacionalistas são particularmente significativas as declarações de grandes dirigentes de empresas multinacionais. Afinal, das empresas multinacionais, que seriam o símbolo por excelência do fim ou do enfraquecimento dos estados nacionais, seria de se esperar exatamente o contrário: um internacionalismo encarniçado. E no entanto, duas recentes manifestações vão exatamente na direção oposta.

Jacques Calvet, presidente da Peugeot, escreve um artigo indignado em *Le Monde* ("Europe, Fortresse de Sable", 6.1.90) contra a abertura do mercado europeu à indústria automobilística europeia, a partir de uma proposta ainda muito limitada da tecnoburocracia da CEE e das aberturas feitas pela Grã-Bretanha aos investimentos e às importações japonesas. Calvet afirma que o Japão é uma ilha desprovida de recursos naturais que pratica, em tempo de paz, uma economia de guerra. Seus salários continuam menores, sua jornada de trabalho maior, seus benefícios sociais muito menores. Toda sua economia é voltada para a exportação, com apoio do Estado japonês, que concede enormes subsídios tecnológicos às empresas, e da cartelização da economia japonesa, que permite que os preços internos de sua indústria sejam muito maiores do que os preços de exportação.

Em contrapartida, *Liberation* (6.1.90) publica uma reportagem sobre um livro do presidente da Sony, Akio Morita e do deputado Shintaro Ishiara, *O Japão Diz Não*, que, segundo os japoneses, "não deveria ter sido traduzido". Mas, tendo sido, transformou-se em um escândalo internacional. Segundo o jornal francês, que publica excertos do livro, trata-se de um livro-manifesto, do "novo evangelho do nacionalismo nipônico". Trata-se de um livro anti-americano, que afirma que o Japão está em vias de ultrapassar os Estados Unidos como primeira potência mundial. Dessa forma o Japão já deve ter sua própria política internacional e militar, não necessitando mais da proteção dos Estados Unidos. Segundo seus autores, "a histeria incompreensível dos americanos origina-se no fato de que a tecnologia militar fundamental pertence a um outro país que não é sequer europeu mas asiático... Os americanos ganham dinheiro jogando com o dinheiro... Quando não se sabe mais como produzir, como parece ser o caso da América, não se pode responder a suas necessidades essenciais... Estou persuadido de que as fricções comerciais têm suas raízes no racismo norte-americano. Este racismo repousa sobre a crença que a era moderna foi criada pela raça branca... Com o fim do século se assistirá ao fim da era moderna, dominada pelos ocidentais brancos".

Diante dos nacionalismo que se exacerbam perigosamente, misturando-se inclusive com o racismo, seria bom que nós, no Brasil, tivéssemos pelo menos consciência dos nossos *interesses nacionais*. Mas mesmo em relação a eles parece que nossas elites estão confusas e atrasadas, preocupadas que estão em repetir slogans neoliberais e internacionalistas rigorosamente vazios de

conteúdo real, porque sem correspondência com a prática (apenas com a retórica) dos países centrais. (*Folha de S.Paulo*, 21 de janeiro de 1990)

O NACIONALISMO ESTÁ DE VOLTA

O conflito Estados Unidos x União Soviética, na medida em que traduzia um conflito aparentemente maior entre o capitalismo e o estatismo, encobriu ou manteve reprimidos os antigos conflitos nacionalistas. Desde 1985, porém, quando Gorbachev assumiu o poder na União Soviética e iniciou a *glasnost* e a *perestroika*, o conflito Estados Unidos x Japão passou a se agravar. Agora, com a revolução democrática na Europa Oriental, os nacionalismos renascem.

Em 1988 e 1989 havia se tornado moda entre os analistas internacionais dividir o mundo capitalista entre três grandes blocos: CEE, Estados Unidos com o Canadá, e Japão com o Leste e o Sudeste da Ásia. Na verdade esses blocos são muito menos significativos do que parecem. O que continuam valendo são os interesses nacionais. O bloco mais coeso, a CEE, hesita em definir uma moeda comum e não tem nem uma política fiscal nem uma política comercial comuns. Agora, com a queda de Muro de Berlim e a perspectiva da unidade política alemã, a unidade europeia enfrenta uma crise.

Por outro lado os nacionalismos reaparecem com toda a sua força. Políticos democrata-cristãos conservadores falam na Alemanha em rever as fronteiras de 1945 com a Polônia. Os Estados Unidos vão aos poucos definindo como seu principal adversário não mais a União Soviética mas o Japão. Óste, por sua vez, continua sua ofensiva, provocando reações nos Estados Unidos e na Europa.

No campo das manifestações nacionalistas são particularmente significativas as declarações de grandes dirigentes de empresas multinacionais. Afinal, das empresas multinacionais, que seriam o símbolo por excelência do fim ou do enfraquecimento dos estados nacionais, seria de se esperar exatamente o contrário: um internacionalismo encarniçado. E no entanto, duas recentes manifestações vão exatamente na direção oposta.

Jacques Calvet, presidente da Peugeot, escreve um artigo indignado em *Le Monde* ("Europe, Fortresse de Sable", 6.1.90) contra a abertura do mercado europeu à indústria automobilística europeia, a partir de uma proposta ainda muito limitada da tecnoburocracia da CEE e das aberturas feitas pela Grã-

Bretanha aos investimentos e às importações japonesas. Calvet afirma que o Japão é uma ilha desprovida de recursos naturais que pratica, em tempo de paz, uma economia de guerra. Seus salários continuam menores, sua jornada de trabalho maior, seus benefícios sociais muito menores. Toda sua economia é voltada para a exportação, com apoio do Estado japonês, que concede enormes subsídios tecnológicos às empresas, e da cartelização da economia japonesa, que permite que os preços internos de sua indústria sejam muito maiores do que os preços de exportação.

Em contrapartida, *Liberation* (6.1.90) publica uma reportagem sobre um livro do presidente da Sony, Akio Morita e do deputado Shintaro Ishiara, *O Japão Diz Não*, que, segundo os japoneses, "não deveria ter sido traduzido". Mas, tendo sido, transformou-se em um escândalo internacional. Segundo o jornal francês, que publica excertos do livro, trata-se de um livro-manifesto, do "novo evangelho do nacionalismo nipônico". Trata-se de um livro anti-americano, que afirma que o Japão está em vias de ultrapassar os Estados Unidos como primeira potência mundial. Dessa forma o Japão já deve ter sua própria política internacional e militar, não necessitando mais da proteção dos Estados Unidos. Segundo seus autores, "a histeria incompreensível dos americanos origina-se no fato de que a tecnologia militar fundamental pertence a um outro país que não é sequer europeu mas asiático... Os americanos ganham dinheiro jogando com o dinheiro... Quando não se sabe mais como produzir, como parece ser o caso da América, não se pode responder a suas necessidades essenciais... Estou persuadido de que as fricções comerciais têm suas raízes no racismo norte-americano. Este racismo repousa sobre a crença que a era moderna foi criada pela raça branca... Com o fim do século se assistirá ao fim da era moderna, dominada pelos ocidentais brancos".

Diante dos nacionalismo que se exacerbam perigosamente, misturando-se inclusive com o racismo, seria bom que nós, no Brasil, tivéssemos pelo menos consciência dos nossos interesses nacionais. Mas mesmo em relação a eles parece que nossas elites estão confusas e atrasadas, preocupadas que estão em repetir slogans neoliberais e internacionalistas rigorosamente vazios de conteúdo real, porque sem correspondência com a prática (apenas com a retórica) dos países centrais. (*IstoÉ-Senhor*, 23 de janeiro de 1990).

ESTABILIZAÇÃO NA POLÔNIA

Desde primeiro de janeiro a Polônia embarcou em um duro programa de estabilização. Trata-se de um típico plano ortodoxo, aprovado pelo FMI. E segundo uma interpretação hoje corrente na Polônia, esse plano seria a indicação de que a equipe de Balcerowicz, o Ministro das Finanças polonês, teria um caráter essencialmente neo-liberal. Isto não é necessariamente verdade, mas pode ser. Um plano de estabilização ortodoxo não é necessariamente neo-liberal. Jeffrey Sachs, que assessora os poloneses, não é um neo-liberal, e o FMI, embora influenciado pelas idéias neo-liberais, não pode ser identificado com o neo-liberalismo. Mas a preocupação com a ortodoxia talvez exagerada do ajuste econômico é enorme na Polônia. O governo continua tendo apoio, mas as interrogações e as dúvidas aumentam.

O plano de estabilização tem, de fato, um caráter ortodoxo ou convencional. Três objetivos são fundamentais: corrigir os preços relativos, conter a demanda e equilibrar o orçamento do Estado. Para atingir esses objetivos foram liberados os preços, liberadas as importações, desvalorizado brutalmente o *zloty*, corrigidos fortemente os preços das empresas controladas pelo Estado, eliminados os subsídios, os salários estão sendo reduzidos em aproximadamente 40 por cento através da utilização de um coeficiente de correção salarial de 30 por cento da inflação de janeiro e de 20 por cento para os meses seguintes, ao mesmo tempo que uma política monetária extremamente rígida eleva as taxas de juros. Os juros da dívida externa não estão sendo pagos e a expectativa é de não pagá-los pelo menos nos próximos dois anos, mas ainda não está claro para os poloneses que a redução da dívida (e dos juros devidos) é uma parte essencial do plano de estabilização.

Um plano de estabilização com essas características básicas era essencial para a Polônia, mas é possível que fracasse caso confunda capitalismo com neo-liberalismo. A expectativa do governo e do FMI é que a inflação, que girava em torno de 30 por cento ao mês no segundo semestre de 1989, suba para 45 por cento em janeiro e depois caia rapidamente, dado a queda da demanda, até se estabilizar em torno de 1 a 2 por cento ao mês em meados do ano. Esta previsão dificilmente se confirmará. Por duas razões: porque subestima o fator de aceleração da inflação representado pela desvalorização cambial e pela correção dos preços controlados, e porque não considera que na inflação polonesa já deve haver um componente inercial significativo em face às altas taxas de inflação verificadas em 1989.

Em janeiro a inflação projetada para 45 por cento deverá ser superior a 60 por cento. Deverá em seguida cair. Mas em meados do ano é muito provável que a inflação ainda esteja em um nível muito alto. Será então necessário que o governo considere acoplar às medidas monetárias e fiscais convencionais ou

ortodoxas um congelamento provisório de preços. Não se termina inflação inercial com medidas de política econômica convencional.

Se o governo, entretanto, insistir apenas em adotar medidas ortodoxas para combater a inflação não apenas fracassará, mas ficará confirmado seu caráter neo-liberal. O mesmo ocorrerá se, em fevereiro, o governo não aumentar o coeficiente de indexação dos salários. Uma redução de 40 por cento nos salários reais talvez já seja excessiva. Essa redução entretanto, será muito maior se o Ministério das Finanças insistir em manter os coeficientes indexadores-redutores dos salários quando a inflação se apresenta muito maior do que o esperado.

O comunismo está morto na Polônia. Está morrendo no resto do mundo. Mas o capitalismo que o substitui não oferece a ninguém o paraíso. O pós-comunismo será cheio de dificuldades. Dificuldades que poderão ser potencializadas se se tentar usar na Polônia medidas neo-liberais que, se não dão certos em países capitalistas, serão desastrosas em um país que ao mesmo tempo que busca a estabilização deve construir um mercado. Um programa de estabilização pode ser relativamente ortodoxo sem ser neo-liberal. Mas seus autores e executores precisam distinguir com clareza a retórica vazia do neo-liberalismo de uma política econômica racional. Capitalismo com orientação para o mercado está muito longe de ser confundir com neo-liberalismo. (*Isto É-Senhor*, 14 de fevereiro de 1990)

DO COMUNISMO AO NEO-LIBERALISMO?

O comunismo acabou na Polônia. Não há mais governo comunista, não há mais partido comunista, não há mais ninguém que creia no comunismo. O capitalismo está vitorioso. Todos querem restabelecer uma economia de mercado na Polônia. Muitos esperam que o capitalismo faça na Polônia o milagre do desenvolvimento que o estatismo foi incapaz de realizar. Mas as dúvidas são enormes. Dúvidas que se aprofundam dada a tendência de certos setores do governo de confundir capitalismo com neo-liberalismo.

A Polônia foi o primeiro país a realizar a revolução democrática que, em 1989, marcou o fim do comunismo. Depois da vitória da Solidarnosk nas eleições, um grande acordo nacional levou o partido-sindicato ao poder, através de um acordo com os comunistas. Comunistas que não são mais comunistas,

porque acabam de transformar seu partido em um partido social-democrático. E essa não foi apenas uma mudança de nome.

E o governo da Solidarnosc, naturalmente, é também capitalista. Capitalista dividido entre social-democratas, camponeses e neo-liberais. O Ministério das Finanças, segundo a interpretação dominante em Varsóvia, seria neo-liberal, extremante conservador portanto. O plano de estabilização em curso na Polônia, um típico plano ortodoxo, aprovado pelo FMI, seria a indicação de que a equipe de Balcerowicz seria neo-liberal. Isto não é necessariamente verdade, mas pode ser. Um plano de estabilização ortodoxo não é necessariamente neo-liberal. Jeffrey Sachs, que assessora os poloneses, não é um neo-liberal, e o FMI, embora influenciado pelas idéias neo-liberais, não pode ser identificado com o neo-liberalismo. Mas a preocupação com a ortodoxia talvez exagerada das medidas tomadas em 10. de janeiro é enorme na Polônia. O governo continua tendo apoio, mas as interrogações e as dúvidas aumentam.

O plano de estabilização tem, de fato, um caráter ortodoxo ou convencional. Três objetivos são fundamentais: corrigir os preços relativos, conter a demanda e equilibrar o orçamento do Estado. Para atingir esses objetivos foram liberados os preços, liberadas as importações, devalorizado brutalmente o zloty, corrigidos fortemente os preços das empresas controladas pelo Estado, eliminados os subsídios, os salários estão sendo reduzidos em aproximadamente 40 por cento através da utilização de um coeficiente de correção salarial de 30 por cento da inflação de janeiro e de 20 por cento para os meses seguintes, ao mesmo tempo que uma política monetária extremamente rígida eleva as taxas de juros. Os juros da dívida externa não estão sendo pagos e a expectativa é de não pagá-los pelo menos nos próximos dois anos, mas ainda não está claro para os poloneses que a redução da dívida (e dos juros devidos) é uma parte essencial do plano de estabilização.

Um plano de estabilização com essas características básicas era essencial para a Polônia, mas é possível que fracasse caso confunda capitalismo com neo-liberalismo. A expectativa do governo e do FMI é que a inflação, que girava em torno de 30 por cento ao mês no segundo semestre de 1989, suba para 45 por cento em janeiro e depois caia rapidamente, dada a queda da demanda, até se estabilizar em torno de 1 a 2 por cento ao mês em meados do ano. Esta previsão dificilmente se confirmará. Por duas razões: porque subestima o fator de aceleração da inflação representado pela desvalorização cambial e pela correção dos preços controlados, e porque não considera que na inflação polonesa já deve haver um componente inercial significativo em face às altas taxas de inflação verificadas em 1989.

Em janeiro a inflação projetada para 45 por cento deverá ser superior a 60 por cento. Deverá em seguida cair. Mas em meados do ano é muito provável que a inflação ainda esteja em um nível muito alto. Será então necessário que o governo considere acoplar às medidas monetárias e fiscais convencionais ou

ortodoxas um congelamento provisório de preços. Não se termina inflação inercial com medidas de política econômica convencional.

Se o governo, entretanto, insistir apenas em adotar medidas ortodoxas para combater a inflação não apenas fracassará, mas ficará confirmado seu caráter neo-liberal. O mesmo ocorrerá se, em fevereiro, o governo não aumentar o coeficiente de indexação dos salários. Uma redução de 40 por cento nos salários reais talvez já seja excessiva. Essa redução, entretanto, será muito maior se o Ministério das Finanças insistir em manter os coeficientes indexadores-redutores dos salários quando a inflação se apresenta muito maior do que o esperado.

O comunismo está morto na Polônia. Está morrendo no resto do mundo. Mas o capitalismo que o substitui não oferece a ninguém o paraíso. O pós-comunismo será cheio de dificuldades. Dificuldades que poderão ser potencializadas se se tentar usar na Polônia medidas neo-liberais que, se não dão certos em países capitalistas, serão desastrosas em um país que ao mesmo tempo que busca a estabilização deve construir um mercado. Um programa de estabilização pode ser relativamente ortodoxo sem ser neo-liberal. Mas seus autores e executores precisam distinguir com clareza a retórica vazia do neo-liberalismo de uma política econômica racional. Capitalismo com orientação para o mercado está muito longe de se confundir com neo-liberalismo. (*Folha de São Paulo*, 9 de fevereiro de 1992).
